

## FICHA DE SESSÃO

DATA: 28/09/2018

LOCAL: Auditório do Centro de Visitantes do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba

ORADORES: Pedro Bettencourt, Júlio Wasserman, Carolina Bio Poletto

EQUIPE DE APOIO: Carolina Bio Poletto, Marcel Scarton

### A. CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

**N.º participantes: 29**

#### **Aspectos sociais e culturais:**

O PAIC – Litoral Norte/SP engloba os municípios de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião.

Pode-se registrar a presença dos diferentes segmentos: poder público federal, poder público estadual, poder público municipal, setor privado/grandes empreendedores, ONGs, associações comunitárias, instituições de ensino e pesquisa.

#### **Entidades presentes:**

Fórum de Comunidades Tradicionais de Paraty, Angra e Ubatuba; Petrobras; Prefeitura de São Sebastião; MPE/GAEMA; Instituto Ilhabela Sustentável; Fundação Florestal; CIA Docas de São Sebastião; CBH-LN; IBAMA/Escritório de Caraguatatuba; Onda Verde; Instituto Educa Brasil; MPF

## B. CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

### Temas e pontos observados pelos participantes

- Necessidade de maior retorno à sociedade após oficina/reunião;
- Proposta de inclusão das comunidades indígenas e quilombolas no âmbito da avaliação de impactos cumulativos da região Litoral Norte;
- Sugestão de inclusão de um novo empreendimento “Ampliação de Atividade de Extração de Areia, Argila, Saibro, Granito e Gnaisse”, de responsabilidade da Pecuária Serramar Ltda em Caraguatatuba no âmbito da avaliação;
- Questionamento sobre a confiança na avaliação de impactos na vegetação costeira e qualidade das águas costeiras, face à limitação dos dados disponíveis;
- Sugeridos revisões e complementos nas análises dos fatores: comunidades tradicionais litorâneas, emprego, habitação, vegetação costeira.

### Outros comentários, opiniões e sugestões dos participantes:

- As medidas de mitigação devem ser concretas e indicar os responsáveis, bem como a participação de cada município.
- Consulta a lideranças (como FCT) para obtenção de informações sobre os territórios tradicionais.
- Consulta às prefeituras para obtenção de dados mais atualizados sobre os serviços públicos.
- Identificação do destino dos royalties, se o aumento do emprego se refere à população residente, se a migração piora a qualidade do ensino.
- O trabalho foi parabenizado pela contribuição e avanços trazidos para a análise do Litoral Norte.
- Mapeamento das áreas de maricultura para que, no caso de vazamento de óleo, os maricultores sejam imediatamente atendidos; inserção de maricultores e pescadores em programas de treinamento e capacitação para vazamento de óleo.
- Análise dos efeitos da dragagem do porto de Santos no Litoral Norte, pois os resíduos são despejados em meia viagem.
- Sugestão de que o PEA leve às comunidades informações e discussões do PAIC.
- Sugestão de análise das creches (gargalo do ensino infantil).
- Consulta de estudos realizados pela USP (Centro de Hidráulica e Instituto Oceanográfico) sobre emissários submarinos e retorno dos esgotos lançados na costa.
- O IBAMA, a PETROBRAS e a equipe do estudo foram parabenizados pelo fato do trabalho apresentar uma análise do todo e uma outra forma de analisar os projetos, conjuntamente, ressaltando-se o pioneirismo desta iniciativa.

## C. DEBATE

#### Principais conclusões dos momentos de debate

- As comunidades tradicionais a incluir na avaliação foram definidas na fase de escopo, no Relatório Técnico Metodológico, fase anterior ao levantamento de dados (Fase 3). O Relatório Técnico Metodológico foi analisado e discutido com o IBAMA em reuniões que decorreram nessa fase (Fase 2).
- Foi feita uma proposta de trabalho de campo nas comunidades, mas o IBAMA decidiu não autorizar; o IBAMA esclareceu que a metodologia de avaliação de impactos cumulativos preconiza que devem ser usados dados secundários, e no caso das comunidades tradicionais, novos levantamentos poderiam estressar e gerar expectativas nas comunidades.
- Após a oficina, foi entregue um relatório da mesma, bem como após a reunião pública. A presente ficha de sessão tem também o objetivo de sistematizar os principais assuntos e encaminhamentos das oficinas e reuniões.
- Na sequência da reunião pública foram realizadas várias entrevistas, reuniões e consulta às instituições para complementação de dados (inclusivamente à secretaria de habitação do estado de São Paulo, que não respondeu). Os resultados integraram o Relatório Final de Levantamento de Dados (Fase 3), disponibilizado no site da Petrobras.
- Os fatores, os empreendimentos e os estressores a incluir na avaliação foram identificados na fase de escopo (Fase 2); a fase de escopo se deu em maio de 2017 sem que houvessem contribuições no sentido de incluir o empreendimento sugerido. Não é possível nesta fase rever os fatores, nem refazer as análises considerando novos empreendimentos que vão surgindo à medida que a região se vai desenvolvendo.
- Foi criticada a análise de apenas 7 fatores, não se tendo considerado a biodiversidade marinha. De fato, apesar deste fator ter sido pedido pelos participantes na oficina do Litoral Sul Fluminense, não a recomendamos como fator. De acordo com as boas práticas de avaliação de impactos cumulativos, um fator deve ser específico; além disso, existem grandes limitações nos dados disponíveis sobre espécies marinhas, e para a AIC precisamos de uma série temporal de dados, comparáveis entre datas, que permitam traçar uma linha temporal de tendência.
- A informação disponível nem sempre é a desejável. Um dos critérios previstos na metodologia para a classificação de cada impacto cumulativo é o nível de confiança. Com a introdução da componente confiança na avaliação da significância de um impacto cumulativo, é possível inferir da necessidade da utilização do princípio da precaução na construção de conclusões.
- Em relação ao fator emprego, verificar-se-á a existência de dados de desemprego para complementar a análise.
- As áreas com potencial para ocupação urbana em cada município foram apresentadas no Relatório Técnico da Fase de Escopo (fase 2); no Relatório de Avaliação de Impactos Cumulativos (fase 4) foram comparadas, para cada município, as áreas urbanizáveis previstas no Zoneamento Ecológico Econômico de 2004 e de 2017.
- O tema da disponibilidade hídrica foi tratado quando da fase de escopo, no âmbito do conhecimento da região, e foi desqualificado por não ter sido evidenciado como problema significativo nos estudos de impacto ambiental e análise da mídia.
- Na qualidade das águas costeiras procurar-se-á obter informações sobre potenciais efeitos das correntes que trazem plumas de sedimentos para a região, que podem estar associadas aos resultados das imagens de clorofila-a.

#### D. RESUMO E ANÁLISE CRÍTICA DA SESSÃO

#### Pontos essenciais a mencionar

- Considera-se que os objetivos da oficina foram alcançados, observando-se uma representativa participação da sociedade, com uma diversidade de segmentos e instituições.
- Foi determinado que o relatório da oficina, incluindo as apresentações e uma lista dos convidados para a oficina deveria ser enviado aos participantes, o que ocorreu em 26/10/2018.
- No final do debate, o IBAMA relatou as principais preocupações dos participantes:
  - . Proposta de inclusão das comunidades indígenas e quilombolas no âmbito da avaliação; importância de realização de reuniões com representantes das comunidades tradicionais
  - . Consideração complementar de dados sobre desemprego
  - . Proposta de análise do estoque de áreas disponíveis
  - . Alargamento da análise de vegetação de encosta até a cota 100 m (vegetação de transição), pois é onde há mais ocupação irregular
  - . Disponibilidade hídrica.
- O IBAMA esclareceu que tem questões que serão consideradas, mesmo que tal demande revisitar fases anteriores, outras questões que serão incluídas pois são inerentes à fase a decorrer; no entanto, tem questões que deverão ser consideradas em uma nova rodada da avaliação de impactos cumulativos, como por exemplo, a inclusão de novos fatores ou novos empreendimentos na análise.
- O MPE/GAEMA solicitou a disponibilização de um prazo após a oficina para o envio de contribuições. Ficou acordada a data de 27 de novembro de 2018 para receber contribuições.
- Em articulação com a Petrobras e com o IBAMA, a Témis/Nemus ponderará as preocupações identificadas e as contribuições recebidas, para dar continuidade aos trabalhos.

#### E. SEGUIMENTO

##### Contribuições recebidas e revisões a realizar

Foram recebidas três contribuições, a saber:

1. Instituto Ilhabela Sustentável (2 de outubro de 2018)
2. Ministério Público Estadual - MPE (27 de novembro de 2018)
3. Secretaria Municipal de Ambiente da Prefeitura Municipal de São Sebastião (27 de novembro de 2018)

. As contribuições foram analisadas e ponderadas pela Témis/Nemus em articulação com a Petrobras e com o IBAMA.

. A contribuição do MPE configura uma metodologia de avaliação de impactos cumulativos diferente da que foi pensada para o projeto pela Petrobras e pelo IBAMA, que conceberam conjuntamente o Projeto Executivo do PAIC (adendo I da Especificação Técnica para Contratação de Serviços para Avaliação dos Impactos Cumulativos).

A metodologia do PAIC baseia-se numa análise dos impactos cumulativos mais importantes sobre fatores ambientais e sociais selecionados, seguindo guias metodológicos internacionais, entre os quais:

- CEQ (Council on Environmental Quality). *Considering Cumulative Effects under the National Environmental Policy Act*. Executive Office of the President, Washington, D. C. 1997.
- HEGMANN, G., COCKLIN, C., CREASEY, R., DUPUIS, S., KENNEDY, A., KINGSLEY, L., ROSS, W., SPALING, H. and STALKER, D. *Cumulative Effects Assessment Practitioners Guide*. Prepared by AXYS Environmental Consulting Ltd. and the CEA Working Group for the Canadian Environmental Assessment Agency, Hull, Quebec. 1999.
- IFC (International Finance Corporation). *Good Practice Handbook. Cumulative Impact Assessment and Management: Guidance for the Private Sector in Emerging Markets*. 2013.

Os fatores ambientais e sociais sobre os quais não há incidência de impactos diretos ou indiretos, não devem ser objeto da avaliação de impactos cumulativos; e ainda, deve ser dada prioridade aos fatores ambientais e sociais realmente relevantes (para a sustentabilidade ambiental, para as comunidades afetadas e para os atores da região) e susceptíveis aos impactos cumulativos. Analisar muitos fatores ambientais e sociais pode resultar em uma análise superficial e resultados pouco substanciais. Dessa forma, o PAIC prevê a identificação de um número reduzido de fatores ambientais e sociais (da ordem de unidades), mas suficientemente adequado para considerar as questões-chaves das regiões e suas respectivas especificidades.

Na região LN foram selecionados na fase de escopo 7 fatores, validados em oficina com os atores presentes. Posteriormente, foram feitas reuniões que validaram essa opção. O MPE propõe um conjunto mais alargado de fatores (20 fatores) que não é compatível com a análise regional de impactos cumulativos que é objeto do projeto. Propõe ainda uma análise temporal de 1960 a 2050 que é inviável considerando os objetivos do projeto (face à indisponibilidade de dados que permitam estabelecer adequadamente a situação de referência em 1960 e à incerteza de eventuais previsões para 2050).

Quanto ao processo participativo, o PAIC contempla oficinas e reuniões em fases distintas de desenvolvimento do projeto; neste âmbito, procede a convites de entidades-chave e estabelece contatos diretos incentivando a participação. Além dos relatórios completos, disponibiliza aos convidados e na internet material de apoio dirigido às matérias a discutir nas sessões participativas. Como lições aprendidas, os relatórios associados estarão disponíveis com maior antecedência no site: <http://comunicabaciadesantos.com.br/programa-ambiental/projeto-de-avaliacao-de-impactos-cumulativos-paic.html>. Além disso, os materiais didáticos, preparados exclusivamente para acompanhamento das oficinas/reuniões, estarão disponíveis em papel durante as sessões.

O projeto contempla a proposta de medidas mitigadoras, em fase subsequente (estamos agora na fase 5). Na fase 6 proceder-se-á à análise dos resultados das fases anteriores e apresentar-se-ão possíveis estratégias de enfrentamento das transformações, com a proposição de planos, de indicadores de monitoramento e de mecanismos de supervisão de modo a subsidiar a gestão na elaboração de ações/projetos de mitigação e de políticas públicas, e também preparar a região para enfrentar as possíveis mudanças sociais, ambientais e econômicas.

. Relativamente às restantes contribuições, apresentam-se os seguintes esclarecimentos:

- Fator mobilidade urbana: este tema não foi consensuado como fator na oficina realizada na fase de escopo (fase 2). A mobilidade urbana foi mencionada por um dos 5 grupos de discussão como um desafio que a região irá enfrentar nos próximos 10 anos, mas este tema não foi proposto como fator prioritário para a avaliação de impactos cumulativos. Também não foi evidenciado nos EIA dos projetos considerados para avaliação de impactos cumulativos ou na análise da mídia.

- Impactos não identificados na Fase 4, notadamente, quanto à qualidade do ar e biota marinha: no relatório da Fase 4 são identificados impactos cumulativos apenas relacionados aos fatores previamente selecionados para análise.

- Análise de Resíduos Sólidos no Fator Serviços Públicos: os resíduos sólidos foram analisados no relatório da Fase 3, tendo-se verificado que no ano 2015 todos os municípios haviam alcançado 100% de atendimento de coleta de resíduos. Assim, no relatório da Fase 4 focou-se a análise no componente esgotamento sanitário, cujos índices de atendimento quanto à coleta e tratamento mostram maiores défices, e em que é mais premente estabelecer uma capacidade de suporte/meta, que é um dos objetivos do PAIC.

- Quanto ao estressor Mudanças Climáticas, o mesmo foi identificado na fase de escopo, tendo-se justificado que existe uma variedade considerável de possíveis cenários oficiais para os próximos anos em função desse estressor, o que prejudica as análises tendo em vista as incertezas associadas. Deve-se considerar também que a abrangência temporal adequada para a análise de impactos cumulativos é relativamente sucinta para verificação dos efeitos desse estressor. Contudo, as medidas mitigadoras a propor em fase subsequente terão em consideração os estudos relacionados às mudanças climáticas e seus efeitos sobre a região costeira.

Assim, ponderadas as contribuições recebidas na oficina e as três contribuições posteriores acima indicadas, a equipe dará continuidade aos trabalhos tendo por base o plano de trabalhos aprovado para a região Litoral Norte, mas revendo os relatórios finais da Fase 3 e da Fase 4 e considerando no relatório final da Fase 5 as seguintes complementações:

. **Comunidades Tradicionais Litorâneas:** revisão do fator de forma a contemplar também as comunidades quilombolas e indígenas na descrição e na avaliação; planeja-se a realização de reuniões específicas para abordagem do projeto de forma didática junto aos representantes das comunidades tradicionais para validação dos resultados da fase 5 (Fórum de Comunidades Tradicionais; Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas)

- . **Emprego:** serão incorporados os dados disponíveis sobre desemprego
- . **Habitação:** análise do estoque de terras/áreas disponíveis (ainda que esta análise não contribua para aferir os limites de alteração propostos); realização de reuniões institucionais com as prefeituras de Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela (que não estiveram presentes na oficina) para validar os limites de alteração propostos no fator habitação
- . **Serviços Públicos:** planeja-se a realização de reuniões institucionais com as prefeituras de Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela (que não estiveram presentes na oficina) para validar os limites de alteração propostos no fator Serviços Públicos.
- . **Vegetação Costeira:** será feito um esforço no sentido de analisar a vegetação de encosta até a cota 100 m (vegetação de transição)
- . **Disponibilidade hídrica:** apesar do tema da disponibilidade hídrica ter sido tratado quando da fase de escopo, e ter sido desqualificado com fator por não ter sido evidenciado como problema significativo nos estudos de impacto ambiental e na análise da mídia, revisitar-se-á este tema, considerando-se o Relatório do Comitê de Bacia do Litoral Norte 2017, e as estimativas de população flutuante aí apresentadas.